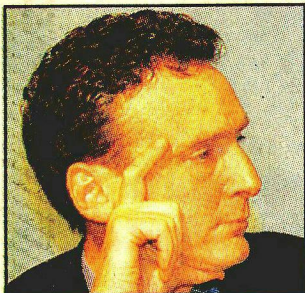


L.C. Leite/AE

Olho do furacão

Instabilidade no Japão é o grande problema mundial do momento, diz Scheinkman. Página 5



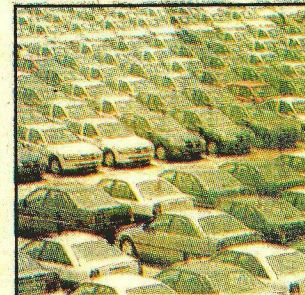
O ESTADO DE S. PAULO

& NEGÓCIOS

Economia

Sem muita alternativa

Estoques recordes jogam setor automobilístico numa encruzilhada. *Brasil* Página 7



DOMINGO, 18 DE OUTUBRO DE 1998

Equilíbrio fiscal é questão nacional, diz Franco

Presidente do BC acha que a sociedade deve decidir se quer cortes ou aumento de impostos

SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA – Depois de vencer a batalha para manter a política cambial do governo intocada no acordo que o Brasil fecha com o Fundo Monetário Internacional (FMI) esta semana, o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, insiste em afirmar que o ajuste fiscal será suficiente para diminuir a dependência do capital externo. Ele assegura, também, que o ritmo de desvalorização do real não mudará. Vivendo o momento mais tranquilo dos últimos dois meses, desde que os efeitos da crise da Rússia aportaram no Brasil, Franco, contrariando as expectativas do mercado, traça um cenário sem recessão para 1999, mas ressalta: “desde que o ajuste seja feito rapidamente e na dose certa”. Para isso, ele quer discutir com a sociedade o equilíbrio fiscal, que considera uma “questão nacional”. Franco rebate as acusações de que o governo demorou para fazer esse ajuste e, por isso, o País foi contagiado pela crise. “Fizemos mais do que era imaginado fazer há cinco anos.” De posse de uma mensagem encontrada dentro de um biscoito chinês que diz “seja firme, paciente, simples e natural; assim, estará

mais perto da virtude”, ele falou ao Estado e avaliou que, no aspecto pessoal, esta crise foi mais tensa que a do México, da Ásia e Rússia. Mas ressaltou que “é bom ser parte de todo o processo” que mudará o Brasil. A seguir os principais trechos da entrevista.

Estado – O governo já chegou ao valor necessário para o ajuste fiscal?

Gustavo Franco – Não, mas será mesmo entre 2,5% e 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Estado – Analistas do mercado acreditam que, a partir do ajuste, será necessária maior flexibilidade da política cambial. Será possível avançar mais no programa de alargamento da banda cambial?

Franco – A resposta é não. Ao fazer o dever de casa do ponto de vista fiscal, eu vejo menos razão para mexer na política cambial.

Estado – Por que?

Franco – Porque a redução do déficit em conta corrente se faz através do aumento da poupança pública, que é a maneira certa de fazer. Outra maneira de fazer seria através de uma desvalorização do câmbio, da redução de salário, da piora de distribuição de renda e inflação. Essa seria a maneira errada.

Estado – O sinal de que o ajuste será feito poderá indicar uma



Franco: “Gastos estão concentrados na área social; todo corte é doloroso”

queda nos juros para logo?

Franco – A trajetória dos juros refletirá os progressos na área fiscal.

Estado – Seria possível uma redução a partir do anúncio do ajuste e do acordo com o FMI ou somente quando as medidas começarem a ser executadas?

Franco – Nisso vamos aguardar as decisões do Comitê de Política

Monetária. As decisões de política monetária vão refletir a realidade da política fiscal.

Estado – Há pouco mais de uma semana, o presidente Fernando Henrique Cardoso garantiu que não haveria aumento do Imposto de Renda. Agora fala-se em aumentar esse imposto. No mercado há dúvidas, descrença, em relação ao ajuste. Ou seja,

não se acredita em cortes. Desligar o ar-condicionado do anexo do Ministério da Fazenda, como foi feito, não indica uma redução substancial de despesa. Como o governo pode recuperar credibilidade?

Franco – Cortes e impostos são assuntos que a sociedade deve decidir através dos seus representantes no Parlamento. A sociedade quer do Estado diversas coisas que representem despesas. O corte não é propriamente algo que o tecnocrata decida fazer ou não. Implica atividades que serão descontinuadas e isso requer discussão no âmbito do Orçamento. Os representantes do povo devem decidir se preferem cortar atividades, investimentos ou aumentar impostos. A sociedade deve discutir o tema através de seus representantes e dizer que certas atividades, como as sociais, que são meritorias, não podem ser diminuídas. Então, boa parte do esforço tem de vir de aumento de impostos. É a mesma sociedade que não quer pagar impostos nem cortar gastos. Mas o impasse tem de ser resolvido de alguma maneira.

Estado – Mas a sociedade tem dúvida quando a indicação do presidente da República é que não haverá aumento do IR e, no fim, ele vem no pacote.

Franco – O que o presidente deixou claro foi a importância de todo o processo de discussão, que é um

processo social. É como um encaminhamento de uma questão nacional: como resolver o desafio de equilibrar as contas públicas, que é de interesse de todos, e a sociedade tem de decidir como vai fazer. Cada um tem a sua receita. Alguns gostariam de cortar gastos militares, outros preferem cortar gastos sociais. Alguns gostariam de ver aumento do imposto. É preciso conciliar essas visões e chegar a um número que seja consistente com a sustentabilidade da política fiscal, a queda das taxas de juros, o crescimento que todos desejamos. É o Brasil que precisa decidir como é a composição desse esforço.

Estado – O diretor de Política Monetária do BC, Francisco Lopes, afirmou que não há mais como fazer cortes. Seria preciso trabalhar com a perspectiva de aumentar impostos para obter R\$ 10 bilhões e o restante viria com redução de juros e a reforma da Previdência.

Franco – A receita precisa ser sugerida pelo Executivo e será discutida com o Congresso, que terá as ponderações, como a do diretor, de que é difícil cortar. Seria fácil se pelo menos uma parcela do que o Estado gasta fosse considerada desnecessária. Não é. Os gastos públicos hoje estão extremamente concentrados em pessoal, Previdência e área social. Todo corte é doloroso.

■ Continua na página 3

**JUROS
DEPENDEM DE
PROGRESSOS
DO AJUSTE**

**ALGUNS
QUEREM
CORTAR GASTOS
SOCIAIS**